

Para uma crítica do idealismo político no design

Towards a critique of political idealism in design

Yuri Rezende Taraciuk, Pesquisador independente.
yuritaraciuk@outlook.com

96

Resumo

Este artigo apresenta subsídios para uma crítica do idealismo político no design, tomando como referência a obra de Tony Fry e a examinando a partir de concepções foucaultianas de discurso, dispositivo e biopolítica. Dividido em três partes – o exame da concepção temporal de Fry; seus fundamentos políticos; e a articulação dessas dimensões na proposta do autor – o artigo demonstra como o “Sustentamento” (*Sustainment*) funciona como um projeto político imperativo cujas soluções para as crises contemporâneas revelam fragilidades e perigos. Ademais, argumenta-se que tal projeto é idealista ao pressupor que a mudança das ideias precede a mudança material. Por fim, o texto reafirma a importância política do design como campo de transformação da realidade através da articulação entre pensar e fazer.

Palavras-chave: Idealismo, Político, Tony Fry, Design.

Abstract

This article provides grounds for a critique of political idealism in design by examining Tony Fry's work through Foucauldian conceptions of discourse, dispositif, and biopolitics. Structured in three parts – an examination of Fry's temporal conception; its political foundations; and the articulation of these dimensions in his proposal – the article demonstrates how “Sustainment” functions as an imperative political project whose solutions to contemporary crises reveal fragilities and dangers. Furthermore, it argues that this project is idealistic, presupposing that ideational change precedes material change. Finally, the text reaffirms the political importance of design as a field for transforming reality through the articulation of thinking and doing.

Keywords: Idealism, Political, Tony Fry, Design.



I. Introdução

Vitorioso sobre Cronos, senhor do tempo, Zeus assume a posição de soberano do Olimpo. Logo no início de seu reinado, o deus trai sua dívida com Prometeu, que o ajudara a derrubar seu pai, retribuindo-lhe com torturas. A pena foi resultado da insubordinação de Prometeu, único a contestar o desejo de Zeus de eliminar os humanos e substituí-los por outra raça, continuando a visão cronida que enxergava na passagem do tempo a decadência e a ameaça do futuro (Ésquilo, 2023). Não por acaso, a figura do titã que tomou partido pelos seres humanos uniu pensadores de diferentes correntes filosóficas, representando aquele que se rebela contra a soberania e assume a responsabilidade por seus atos, aquele que trouxe o fogo e a esperança.

O mito de Prometeu introduz, alegoricamente, os principais temas deste artigo, em especial o seu objetivo: propor subsídios para uma crítica do idealismo político no design. A narrativa ilustra os dilemas da visão decadentista do tempo e da soberania irrestrita, bem como permite pensar que a transformação da realidade exige a alteração das condições materiais, não apenas dos modos de ver o mundo. Se o mito introduz e ilustra esses temas, a análise apresentada os investiga a partir da obra de Tony Fry, mais especificamente em seu livro *Design as Politics* (2009). Essa escolha se deve à abrangência e influência da obra de Fry, servindo como ponto de partida para uma crítica mais ampla dos modos como o idealismo político se expressa no design.¹

O artigo adotou uma abordagem qualitativa e interpretativa amparada nos conceitos de Foucault (2005, 2010, 2022) acerca de discurso, dispositivo e biopolítica. Embora não possa ser denominada como uma arqueologia ou genealogia, o aparato foucaultiano foi utilizado numa leitura crítica da obra de Fry, por meio da análise de enunciados e da identificação de regularidades e descontinuidades discursivas, demonstrando como seus fundamentos produzem efeitos de poder que condicionam os saberes e as práticas a um regime de verdade ligado à lógica biopolítica contemporânea. Para isso, a análise foi dividida em três partes: a primeira examina a concepção temporal de Fry e o seu conceito de “desfuturação” (*defuturing*); a segunda explora os seus fundamentos políticos, embasados nas teses de Carl Schmitt; e a terceira articula essas duas dimensões para expor como o projeto do “Sustentamento” (*Sustainment*)², pensado em resposta à insustentabilidade do presente, se baseia em um estado de exceção que pressupõe uma alternativa política imperativa, considerando tudo aquilo que a ameaça como inimigo. Ao fim, as premissas de Fry são problematizadas para demonstrar que o “Sustentamento” pode ser visto como um projeto político idealista.

A crítica ao idealismo, apresentada aqui, se alinha à de Marx e Engels (2007) contra os jovens-hegelianos, que viam nas ideias o motor da mudança histórica.³ Mesmo que tal definição não esgote a profundidade do idealismo, ela ajuda a descrever noções teóricas contemporâneas que partem do mesmo pressuposto, mas que nomeiam a *mudança das ideias* como *mudança*

¹ Por limitações de espaço e foco, optou-se por deixar de fora outros autores e temas sob pena de tratá-los injustamente. A escolha de uma obra antiga de Fry se deve ao fato de que elaborações recentes do autor – como *Design in crisis* (Fry; Nocek, 2021) – partem de premissas discutidas aqui.

² Enquanto a tradução de *defuturing* para “desfuturação” refere-se ao processo de perda do futuro, a de *Sustainment* para “Sustentamento” visa preservar o caráter ontológico do conceito como ação e resultado.

³ Os conceitos de Foucault e Marx utilizados não impõem tensões que demandem discussões epistemológicas e metodológicas específicas.

ontológica. Ao preservar essas premissas, Fry fragiliza seu projeto, tornando-o incapaz de sustentar a transformação radical pretendida. Em contrapartida, este artigo defende que a transformação dos modos de interpretar o mundo pressupõe a transformação da realidade material, reafirmando a importância política do design como campo do conhecimento que articula o pensar e o fazer.

II. Tempo

No reinado de Cronos surgiu a primeira raça humana, a Era de Ouro, em que as pessoas não envelheciam e a terra era farta. Na sequência, após a queda do titã, veio a Era de Prata, e dela seguiu-se a Era de Bronze, dos Heróis e, finalmente, a Era de Ferro, o presente de miséria e decadência (Hesíodo, 1996). Acorrentado, Prometeu conta que Zeus pretendia extinguir essa raça desafortunada, não tivesse o titã impedido a tirania olimpiana (Ésquilo, 2023).

Assim como se difundiram narrativas sobre a origem do universo, do tempo e da vida em diferentes lugares e eras, proliferaram-se, também, as visões apocalípticas que veem o tempo e a história no limiar de sua morte. Seja pelo crescimento de novas religiões ou organizações políticas, pelo surgimento de outras formas econômicas ou tecnológicas, pela ameaça da aniquilação nuclear ou pelo iminente colapso climático; multiplicam-se aqueles que acreditam ser testemunhas do *fim da humanidade*. Atualmente, na esteira dos avanços científicos e tecnológicos e devido a uma nova percepção sobre os impactos humanos na natureza, essa imagem do *fim do mundo* ganhou escala planetária.

Nessa visão, o cenário de crise humanitária, ecológica, política e econômica impõe uma tomada de decisão: “não importa quem sejamos, ou nós apoiamos o *status quo* ou nos opomos a ele” (Fry, 2009, p. 123, traduzido pelo autor) – e dela emergem diferentes propostas de mudança. No design, que articula múltiplos campos do saber e se coloca a pensar nessas diversas crises, uma dessas propostas foi apresentada por Tony Fry. Para o autor, o atual contexto de crises sistêmicas se caracteriza como um presente de *insustentabilidade* que corrói o “tempo finito do planeta” (Fry, 2011, p. 21, traduzido pelo autor), ameaçando as condições de sobrevivência da espécie humana. A insustentabilidade nega o próprio *ser (being)* humano ao negar o futuro, ou seja, ela produz uma “desfuturação” (*defuturing*) (Fry, 2009, 2011).

A “desfuturação”, para Fry, está intrinsecamente ligada à narrativa das coisas, dos processos e das ontologias. Situada em uma economia desconectada da ordem de continuidade dos seres, a “desfuturação” produz um *agora* que se sobrepõe às diferenças circunstanciais da percepção temporal entre indivíduos e culturas, um *agora* de diminuição do tempo, de “desassentamento” (*unsettlement*) (Fry, 2011). O “desassentamento” se refere a um momento de incerteza material e ontológica da humanidade, gerado pelos fracassos da modernidade e do Iluminismo. Em resposta, Fry propõe o “Sustentamento” (*Sustainment*) como uma forma de oposição ao “idealismo que fundamentou grande parte do Iluminismo” (Fry, 2011, p. 4, traduzido pelo autor). Nomeando um projeto e um processo, o “Sustentamento” descreve uma ruptura ontológica com a tradição moderna, baseando-se em três fatores:

1. A criação e a transição para um novo paradigma econômico que abandone a noção de crescimento quantitativo contínuo.
2. A adaptação do mundo material tal como foi construído até agora (o alcance real dessa tarefa é enorme e, atualmente, desconhecido devido à criação

de cada vez mais coisas, incluindo “coisas verdes”, como edifícios e produtos). 3. O reconhecimento de que a insustentabilidade estrutural é uma ontologia, o que significa que, causal e essencialmente, a insustentabilidade se tornou elementar para o ser humano modernizado existente e em expansão (Fry, 2011, p. 23, traduzido pelo autor).

Entretanto, no cerne desse projeto está uma concepção temporal que reduz o presente a uma simples etapa de um processo contínuo produzido por uma modernidade monolítica. Essa compreensão limitada e limitante do tempo, que pretende se livrar das bases eurocêtricas da modernidade ao mesmo tempo em que as preserva, ignora os achados da arqueologia, da antropologia e da etnografia que mostram como o tempo é um movimento complexo, significado de diferentes formas a depender da cultura. O tempo se move em linhas retas, circulares e abstratas em ritmos variados, e o seu *progresso* – termo utilizado aqui apenas para designar o avançar de seu curso – não corresponde a uma trajetória teleológica da sociedade, da moral, do conhecimento ou da tecnologia, mas a um movimento que “não é nem necessário, nem contínuo; procede por saltos, pulos, ou, como dizem os biólogos, por mutações” (Lévi-Strauss, 2017, p. 351) e que nem sempre levam à mesma direção.

Logo, se o tempo progride de múltiplas maneiras, isso significa que a “desfuturação”, imersa em sua teleologia apocalíptica, impõe uma visão única de futuro sobre uma realidade material heterogênea. Embora os elementos das crises que compõem a “desfuturação” sejam reais, a operação teórica de Fry os instrumentaliza em prol de um projeto político específico: o “Sustentamento”. Nesse sentido, o objetivo aqui não é contrapor o projeto de Fry a uma *visão alternativa do tempo*, como se o problema fosse uma mera questão de perspectiva, mas observar como a proposta do autor parte de uma valoração negativa da temporalidade e do seu progresso. Ao reduzir o tempo a uma linha rumo à extinção, Fry situa o presente em um estado de exceção existencial que exige soluções excepcionais, pois, para além das necessidades materiais, o que está em ameaça é o próprio *ser*, daí a dimensão ontológica de seu projeto. Assim, o “Sustentamento” se configura como uma resposta ao fracasso das formas políticas modernas diante da “desfuturação”, impondo-se como força soberana na defesa do futuro. Diante das duas opções que esse estado de exceção oferece – a defesa ou a rejeição do *status quo* –, é possível compreender o raciocínio que vê em tudo aquilo que seria *inadequado* a esse projeto de futuro um potencial *inimigo*.

III. Político

No trono que outrora pertencera a seu pai, Zeus fixa hierarquias e expulsa de seu império aqueles que não reconhecem a soberania de sua voz. Tal foi o caso de Prometeu, acorrentado em uma rocha no deserto por ter roubado o fogo e ensinado as artes aos humanos. Mas havia também um outro motivo que fez de Prometeu alvo da ira olimpiana: a recusa em revelar sua visão profética sobre um futuro livre do reinado de Zeus. Ao fim, incapaz de controlar o destino, resta à soberania tirânica apenas a força para calar aquilo que lhe escapa (Ésquilo, 2023).

Transcorridos milênios desde o nascimento do mito de Prometeu, a ideia de soberania como um exercício de poder que funciona a partir de uma decisão sobre a vida continua presente. É em sentido similar que Carl Schmitt define que “soberano é quem decide sobre o estado de exceção” (Schmitt, 2006, p. 7); ou seja, a soberania se refere ao monopólio da decisão em uma situação

limite em que as normas são suspensas e o Estado é preservado em detrimento do Direito (Schmitt, 2006). Soberano não é quem legisla, mas quem tem o poder de suspender as leis para restaurar a normalidade que garante o funcionamento delas. É no caso limítrofe do estado de exceção e da soberania que Schmitt encontra a expressão mais evidente da *natureza* do político, e é ela que fundamenta o pensamento de Fry.

Ao conceber o presente como um estado de exceção material e ontológico, Fry defende a urgência de soluções capazes de responderem a esse momento. Nesse contexto, o design assume um papel central como agente político produtor de artefatos que produzem tanto a “desfuturação” quanto os seus possíveis desvios. Ao deslocar o design da esfera profissional para um elemento da natureza humana, por estar ligado à “habilidade de prefiguração” (Fry, 2009, p. viii, traduzido pelo autor), Fry concebe a natureza política do campo não como uma adição às atuais agendas políticas, mas como “uma política própria, com potencial para transformar a natureza da ação política” (Fry, 2011, p. 101, traduzido pelo autor).

Nesse ponto, é preciso distinguir a política (*politics*), ligada às práticas institucionais, tais como leis e procedimentos de governança exercidos por indivíduos e organizações, do político (*political*), que designa uma esfera mais ampla vinculada às estruturas diretivas subjacentes à conduta humana (Fry, 2011). O político é definido por uma categoria própria ao campo, isto é, a distinção entre *amigo* e *inimigo*, seguindo uma lógica análoga à antítese entre *bom* e *mau* na moral e entre *belo* e *feio* na estética (Schmitt, 2008). Tal distinção representa o grau máximo de intensidade de uma associação ou dissociação teórica e/ou prática e, ainda que o conflito seja uma possibilidade concreta nessas relações, isso não significa que ele é constante ou inevitável (Schmitt, 2008). De qualquer modo, é sobre essa binariedade e sua possibilidade de conflito que Fry situa o design no campo político, visto que o posicionamento frente à “desfuturação” é o critério que “determina ontologicamente se ‘nós’ somos amigos ou inimigos de tudo aquilo que defende o Sustentamento” (Fry, 2011, p. 118, traduzido pelo autor). É também com base nessa distinção que Fry concebe o “Sustentamento” como um projeto de soberania em defesa do futuro, ou ainda, um projeto de *ditadura* (Fry, 2011).

Sob um prisma schmittiano, Fry vê as crises contemporâneas como expressões das falhas e dos limites das democracias liberais que só podem ser respondidas por meio da decisão soberana da “ditadura do Sustentamento”. Fry toma cuidado para tentar afastar o caráter negativo associado ao conceito, caracterizando a “ditadura do Sustentamento” como um imperativo das “pré-condições de todas as liberdades, incluindo a liberdade de agir de maneira responsável nos limites do futuro. É uma ditadura em que todas as diferenças, exceto o direito à desfuturação, são possíveis” (Fry, 2011, p. 124, traduzido pelo autor). É uma ditadura que se impõe como responsabilidade primária sobre os governos e Estados, subordinando a política, a economia e a cultura ao metaobjetivo de reverter a “desfuturação”, colocando no centro de suas práticas a defesa do futuro do *ser* (*being*). Assim, o Sustentamento se caracteriza como um projeto de natureza ontológica que visa transformar a conduta social dos sujeitos que, por consequência, produzirão “mudanças redirecionadoras” (*redirective change*) na realidade através do design (Fry, 2009, 2011).

E é precisamente nas formas de produzir essas mudanças que as fragilidades da proposta de Fry se tornam latentes. Ao posicionar o design como uma prática política “radical em efeito e não

em gesto” (Fry, 2011, p. 134, traduzido pelo autor), na medida em que é uma prática direcionadora que atua na ecologia das coisas orgânicas e inorgânicas através do projeto de artefatos, o autor defende uma mudança de cunho radical ao propor uma transformação da estrutura econômica e política que produz a insustentabilidade, leia-se: o capitalismo. Entretanto, essa “mudança radical” não seria produzida por ações radicais, mas através de práticas redirecionadoras que geram a “ditadura do Sustentamento” como resultado de uma soma de ações esparsas direcionadas em prol de um mesmo objetivo. Desse modo, as práticas redirecionadoras seriam “mais radicais que uma reforma, mas menos disruptivas que uma revolução” (Fry, 2009, p. 47, traduzido pelo autor). Embora defenda uma superação das condições que geram a “desfuturação”, Fry preserva a mesma estrutura que nega o futuro ao nomear o sistema que propõe como um “capitalismo socializado subordinado ao poder soberano do Sustentamento” (Fry, 2011, p. 66, traduzido pelo autor).

Cabe destacar duas fragilidades nessa tese. Em primeiro lugar, a base schmittiana da concepção do político possui implicações históricas e práticas que requerem atenção. Apesar de as ideias de Schmitt possuírem uma objetividade analítica, é importante ver como elas podem facilmente justificar projetos políticos nefastos, como o próprio autor fez ao utilizar a noção de inimigo público em textos antissemitas durante a sua participação no governo nazista (Schmitt, 1936). Ainda em vida, após ser investigado pela SS e perder seu cargo no partido em 1936, Schmitt se retratou sobre certas posições e alegou que suas teses possuíam o caráter de diagnóstico, não de programa político (Schmitt, 1987). Mesmo que esse argumento seja verdadeiro, ainda assim é preciso considerar que problemas no *diagnóstico* podem levar a *tratamentos* perigosos. Embora nenhum autor controle o modo como suas ideias serão interpretadas – e Fry acerta ao apontar isso no design –, existe uma responsabilidade ao proferi-las.

É nessa linha de “problemas no diagnóstico” que se destaca a segunda fragilidade da proposta de Fry: reduzir a lógica capitalista ao binarismo da concepção amigo/inimigo. Schmitt (2008) já apresentava esse erro ao reduzir a perspectiva marxista de luta de classes e de superação do capitalismo a essa binariedade, e é essa leitura que Fry toma como base para um projeto que visa superar o capitalismo sem superá-lo. O erro dessa interpretação pode ser desfeito no prefácio do primeiro livro do Capital, onde Marx explica que o capitalista é ao mesmo tempo agente e vítima da lógica do capital por ser um sujeito formado nela:

De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (Marx, 2015, p. 115–116).

Ainda que indivíduos e grupos possam estar em posição de adversários políticos e até militares nas disputas de classe, o objetivo da perspectiva marxista da luta contra o capital não é a mera destruição de um grupo inimigo de burgueses – que, se eliminado, dará lugar a outro –, mas a superação da lógica que produz essa distinção de classes. O capitalista pode ser “um cidadão exemplar, até mesmo membro da Sociedade para a Abolição dos Maus-Tratos aos Animais, e viver em odor de santidade” (Marx, 2015, p. 393), mas sua benevolência de nada serve enquanto

a autovalorização do capital por meio da extração da mais-valia do trabalhador se perpetuar. Sendo o capital uma forma de relação social, caracterizá-lo como *inimigo* é um erro de diagnóstico que leva a um erro de tratamento, pois Fry assume que: 1) é possível transformar elementos isolados do capitalismo sem superá-lo por completo; 2) que essa transformação pode ocorrer sem uma ruptura profunda com toda a estrutura político-econômica que a sustenta.

Contudo, esses problemas não são um mero erro de Fry, mas consequências dos fundamentos da sua proposta política. Ao conceber o “Sustentamento” como um projeto que toca na natureza do *ser*, o autor parte do princípio de que a mudança social deve ocorrer no nível da ontologia, como uma transformação nas formas de ver o mundo para modificar suas condições materiais. Apesar de fazer questão de mencionar mudanças práticas e materiais, elas surgem como resultado dessa mudança ontológica, o que leva, por exemplo, a definições vagas dos elementos dessa *nova sociedade* proposta.⁴ Nessa perspectiva, as necessidades políticas do design são colocadas no campo das “novas narrativas” (Fry, 2011, p. 134), sendo o “Sustentamento” a metanarrativa sobre a qual todas as outras derivariam; afinal, é preciso lembrar que *não existe alternativa* além do “Sustentamento” (Fry, 2009, p. 206).

IV. Idealismo

Perdido no deserto, o mito de Prometeu resta inacabado. Aberta como o fígado do titã, a tragédia se regenera a cada leitura, ganhando uma completude temporária desfeita no dia seguinte. Expressão da potência que a narrativa atribui às *dádivas prometeicas*, aquilo que reside na incompletude é outro dos presentes de Prometeu aos humanos: a esperança cega que lhes impede de ver a morte. Das muitas imagens de futuro que essa “dádiva” carrega, certamente a decadência é uma delas, mas não a única. Ainda assim, essa visão decadentista segue viva e atualizando seus termos, tentando acompanhar os movimentos de um tempo que teme.

Exemplo disso está nas discussões sobre o progresso tecnológico dos últimos séculos. Se, por um lado, a crença ingênua na neutralidade da tecnologia se tornou comum em perspectivas políticas e econômicas liberais que veem nela apenas instrumentos que, quando bem utilizados, servem para a melhoria constante das condições de vida dos seres humanos, no extremo oposto também cresceram perspectivas que enxergam nesse avanço a destruição não apenas da vida, mas daquilo que o ser humano *é*. Ao passo que as invenções do passado (supostamente) produziam liberdades e rebeliões, como no caso da “invenção da prensa [que] levou à liberdade de imprensa” (Schmitt, 2008, p. 99), hoje as invenções seriam “um meio de imenso domínio das massas; da radiodifusão faz parte o monopólio das emissoras de radiodifusão, da indústria cinematográfica faz parte a censura de filmes” (Schmitt, 2008, p. 99).⁵ Em suma, hoje tudo estaria “tecnologicamente contaminado” (Fry, 2011, p. 54).

É nesse ponto que as dimensões do tempo e do político se unem no pensamento de Fry, sendo a tecnologia o campo que melhor expressa tal articulação. Em vez de abordar as ligações intrínsecas da tecnologia com o modo de produção capitalista, seja por possibilitá-lo ou por ser

⁴ Expostos no capítulo 2 – *Inadequate solutions of now* – do livro *Design as politics* (Fry, 2011).

⁵ Na realidade, a invenção da prensa foi acompanhada de censura e monopólios tanto quanto o rádio e o cinema.

possibilitada por ele, Fry (2011) reduz essa complexidade a um problema do *produtivismo ocidental*, ignorando o fato de que esse “produtivismo” é um reflexo do processo de autovalorização do capital que não respeita fronteiras geográficas e culturais. Para o autor, a *crença humanista* do Iluminismo teria abraçado acriticamente a tecnologia como ferramenta para a construção de suas utopias, gerando, por consequência, a insustentabilidade que caracteriza o mundo atual. Em última instância, a ubiquidade tecnológica teria neutralizado diversas instâncias sociais e a agência diretiva dos sujeitos, sendo a *despolitização do liberalismo* um dos exemplos desse processo (Fry, 2011; Schmitt, 2008).

É contra essa despolitização – que substitui a lógica amigo/inimigo pela competição econômica e discussão intelectual, levando à concepção da tecnologia como um campo neutro – que Fry propõe a recuperação da distinção que fundamenta o pensamento político. Frente ao pluralismo que o liberalismo difunde como diferença condicionada ao mercado, o “Sustentamento” propõe a pluralidade como condição estrutural para uma “comunalidade na diferença”, isto é, um comum fundado no reconhecimento daquilo que seria *essencial* para sustentar a possibilidade de diferenças. Enquanto o liberalismo mascara o exercício de poder sob a fachada da superioridade moral, o “Sustentamento” assume a necessidade de restringir certas liberdades para garantir a liberdade de existência futura. No limite, se o universalismo do liberalismo abre espaço para a aniquilação total ao negar a distinção amigo/inimigo, o “Sustentamento” fundamenta-se nela (Fry, 2011).

Porém, liberalismo e “Sustentamento” convergem paradoxalmente na tese anunciada por Margaret Thatcher nos anos 1980 – *Não há alternativa* –, reatualizada para uma época em que as crises sociais, políticas, econômicas e ambientais assumem novas formas e escalas. Apropriando-se da ideia schmittiana de que a negação do político constitui uma negação da própria condição humana (Strauss, 2007), Fry soma a ela os elementos da crise ecológica contemporânea, nomeando o “Sustentamento” como a *única* possibilidade existencial (Fry, 2009, p. 206). A divisão é clara, “amigos reconhecem esse imperativo, inimigos o negam” (Fry, 2011, p. 174, traduzido pelo autor). Mesmo se colocando como crítico das formas políticas e econômicas modernas, o discurso do “Sustentamento” funciona como uma atualização do mesmo regime de verdade que coordena essas formas, convertendo o imperativo biopolítico da “defesa da sociedade” em “defesa do futuro” (Foucault, 2010, 2022).

Em suma, o “Sustentamento” demonstra como *problemas no diagnóstico* levam a propostas frágeis. Mais do que isso, o “Sustentamento” expõe um certo idealismo político contemporâneo que se desloca da análise e das propostas de transformação dos processos e condições materiais que constituem as possibilidades de vida e pensamento para mudanças de cunho ontológico, restritas aos *modos de ver* a realidade (Marx; Engels, 2007). Ainda que a transformação da realidade passe pelos modos de interpretá-la, eles não constituem o princípio da mudança. Nesse sentido, é necessário conceber a relação entre matéria e ideia como uma dialética de coprodução da realidade na qual o ser humano percebe um mundo material que o precede e que se estende para além de si (Engels, 2024; Latour, 2014). Nele, as ideias se materializam em dispositivos, discursos e artefatos, constituindo o meio pelo qual a realidade é percebida e determinando as formas de pensar e agir no mundo.

Embora Fry (2011) se oponha ao idealismo e afirme, corretamente, a base material da agência dos objetos, sua dialética entre matéria e ideia falha ao crer que é possível operar transformações radicais em níveis ontológicos sem transformações materiais também radicais. Vale lembrar que o idealismo não se refere a uma negação do mundo material, como se tudo fosse fruto da mente, mas ele parte do pressuposto da precedência e da autonomia das ideias em relação à realidade que as constitui; ou seja, que tudo aquilo que se conhece e que é possível conhecer possui como base a subjetividade humana (Sprigge, 2016). Esta definição, embora sumária, ajuda a explicar o idealismo que reside no “Sustentamento”: um projeto que parte de uma mudança ontológica para se expressar em práticas redirecionadoras que, somadas, se tornam uma força incontornável de transformação política. Logo, o idealismo político apontado aqui se caracteriza como essa perspectiva teórica que crê na precedência da mudança das ideias – designadas no conceito de *ontologia* – sobre a mudança das condições materiais nas quais essas ideias se assentam, crescem, se difundem e se transformam.⁶

Um exemplo prático dessa perspectiva pode ser encontrado no estudo de caso de Fry (2009, p. 86–89) sobre a “rematerialização” da comida. Tal “rematerialização”, que o autor define como a substituição inteligente do trabalho humano por máquinas, está vinculada ao design na medida em que são necessárias práticas redirecionadoras capazes de mudarem o cenário agroindustrial contemporâneo, responsável pelo aumento de crises ambientais, da desigualdade social e da redução da qualidade nutricional dos alimentos. Contudo, para além da menção a problemas que certamente precisam ser enfrentados, a solução de Fry se reduz a melhorar a educação sobre a comida, criar bolsões de cultivo urbano e abandonar o lucro como princípio-motor do marketing alimentício. Em contrapartida, uma abordagem materialista não somente pensaria nos meios para garantir uma maior educação alimentar – sem a crença de que ela sozinha é capaz de resolver os problemas apontados –, mas partiria do fato de que um país como o Brasil possui na agroexportação a base de sua economia nacional, o que significa que todo projeto que vise transformar essa realidade deve ser capaz de respondê-la em seus termos antes de propor novos.

Porém, o maior problema desse idealismo *envergonhado*, que não se assume como tal, não está no fato de ele se refugiar em discussões ontológicas, mas na sua insuficiência para enfrentar problemas e perigos que a mudança no modo de ver o mundo é incapaz de responder. No capitalismo, não existe perspectiva ontológica ou boa vontade ética capaz de se sobrepor à adoção e à difusão de uma tecnologia que reduz os custos de produção e aumenta os lucros de uma empresa, pois a lógica da concorrência move esse sistema. É por isso que Fry recorre à decisão soberana, reduzindo a complexidade das crises atuais a um estado de exceção que, em tese, justifica a exclusão do dissenso ao se colocar como única alternativa possível, buscando submeter tudo, até mesmo o capital, à “ditadura do Sustentamento”. Mas, ao preservar no interior de sua proposta uma força que em toda sua violenta história nunca apresentou sinais de que poderia ser controlada por qualquer tipo de projeto, Fry não somente permite que o capital capture o “Sustentamento”, como também lhe concede uma abertura para exercer um poder irrestrito através do discurso do fracasso das democracias frente ao colapso humanitário.

⁶ É possível articular esse idealismo ao destaque dado à “imaterialidade” no design, marcado pela mudança de foco da produção de artefatos tangíveis e intangíveis para o processo estratégico de solução de problemas (Contino, 2022).

É nesse sentido que o “Sustentamento” funciona como um dispositivo⁷ biopolítico que responde à emergência das crises, teorias, tecnologias, organizações políticas e sociais do século XXI. Assim como o surgimento da biopolítica no século XVIII não implicou uma superação do capitalismo – ao contrário, ela reconfigurou e atualizou os dispositivos de reprodução do capital a uma nova realidade social –, não há razões para crer que o mesmo não poderia ocorrer com o “Sustentamento”. Diante do *fim do futuro*, a lógica biopolítica do “fazer viver”, manifesta em sua forma clássica na gestão das populações e na exclusão do Outro através do racismo, reorganiza seus mecanismos e discursos para uma nova época (Foucault, 2010, 2022). Por meio da crença de que o tempo da humanidade se esgota e de uma concepção política fundada na distinção entre amigos e inimigos, a biopolítica contemporânea mantém suas principais características sem grandes atualizações, deixando o design na estranha posição em que reconhece a sua responsabilidade política, mas é incapaz de exercê-la em prol de transformações estruturais profundas.

Como resposta, este texto não propõe ver na matéria o lugar de uma *Verdade* unívoca acessível através de linguagens e técnicas pretensamente objetivas, nem defende um materialismo mecanicista fundamentado no determinismo absoluto das condições materiais sobre o pensamento. O que se afirma é uma compreensão de materialismo capaz de extrair as consequências dialéticas entre a matéria e a ideia, compreendendo que as ideias – sejam teorias, projetos, crenças ou modos de pensar – só brotam, crescem e florescem na medida em que refletem, em formas variadas, as estruturas materiais dadas pela realidade. Florescidas, essas ideias passam a constituir um terreno que impõe uma nova realidade; ou seja, o solo com terra fértil se torna um campo florido. Na prática, esse materialismo não nega a necessidade de mudanças redirecionadoras, mas questiona o seu horizonte, entendendo que transformações radicais do *ser* devem ser possibilitadas por ações também radicais. Organizações de classe (partidos, sindicatos, ONGs...), propostas legislativas (como a defesa do fim da propriedade intelectual), ações de intervenção política e social (como ocupações urbanas e greves), difusão de cooperativas de autogestão etc. – são exemplos iniciais de práticas que não transformam a sociedade em um ato, mas caminham na direção de um design que não se coloca entre a reforma e a revolução, mas que, assim como Prometeu, escolhe se rebelar.

Enfim, pode-se dizer que esta crítica busca conferir concretude à importância política e filosófica do design. Tendo em vista que as condições históricas e materiais determinam as possibilidades do *ser*, o design – enquanto campo teórico e prático dedicado a pensar e a fazer os artefatos que as constituem – se revela como uma expressão da potência criativa humana. É nessa potência que reside o *além-do-homem* nietzschiano evocado por Fry (2011), mas, ao contrário de sua visão, o *além* proposto aqui não está no ideal a ser alcançado pelo design, e sim no movimento de crítica das condições de existência vigentes que determinam as formas do pensar e do criar, para delas fazer emergir outras possibilidades no espaço aberto do futuro. E como o tempo continua avançando de diversas maneiras, isso significa que esta crítica segue em movimento, sendo este texto apenas uma breve contribuição.

⁷ *Dispositivo* designa uma rede heterogênea formada por discursos, leis, artefatos etc. em que operam as dinâmicas de poder-saber.

V. Considerações finais

O mito de Prometeu é uma lembrança. Longe de um elogio antropocêntrico ao poder humano de subjugar a natureza através da técnica, ele avisa sobre a tragédia que acompanha tal poder. Entretanto, a tragédia grega não indica uma derrota, e sim que o futuro escapa das mãos mortais. Diante disso, a potência humana – nem melhor ou pior que a potência de outros seres – se traduz não somente na subjugação da natureza que a circunda, mas na capacidade de criar e mudar a partir dela, de carregar com as artes e as técnicas – afeitas ao design – a esperança que não reside apenas na mente, mas que se concretiza no mundo.

106

Foi a partir das tensões dessa potência que se desdobraram os elementos para uma crítica do idealismo político no design apresentados neste artigo. Tomando a obra de Tony Fry como referência, a análise demonstrou como o autor fundamenta sua proposta política na compreensão de que as diferentes crises contemporâneas situam o presente em um estado de exceção de "desfuturação", isto é, de destruição existencial e material do futuro. Em resposta, Fry recorre à lógica schmittiana para propor como alternativa o "Sustentamento": uma ruptura ontológica capaz de instaurar um novo paradigma de soberania – a "ditadura do Sustentamento" – subordinando diferentes dimensões da vida ao seu imperativo de proteção do futuro.

O artigo apontou os problemas e perigos dessa concepção, seja por reduzir a complexidade temporal a um futuro único, seja por compreender o político a partir da lógica amigo/inimigo, justificando a necessidade de soluções excepcionais. Politicamente, a proposta de Fry se revela frágil, pois não rompe com a lógica da acumulação capitalista que produz a "desfuturação", possibilitando que o "Sustentamento" seja capturado por ela como forma de atualização da biopolítica, reposicionando o capitalismo em dimensões éticas sem transformar as condições materiais que o sustentam. O idealismo político de Fry reside, portanto, na crença de que a mudança ontológica precede a mudança material.

Em contrapartida, o que se propõe é a precedência da matéria sobre o pensamento, mas não uma precedência mecanicista, e sim como um campo de condições de possibilidade para as ideias que constituem a realidade dada ao ser humano conhecer em toda sua variedade. Em sintonia com Fry, é possível afirmar que o design e os designers possuem uma responsabilidade central nos processos de transformação das condições de existência, uma vez que os artefatos projetados constituem a realidade material e os modos de ser e pensar; porém, essa responsabilidade não implica um poder soberano capaz de moldar o mundo pela vontade. Assim, o design permanece um campo aberto a pensar em alternativas ontológicas e éticas às estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes, mas o faz a partir da crítica das condições materiais dadas, sem medo de afirmar a radicalidade de projetos que buscam mudar as formas de habitar o mundo e não apenas de interpretá-lo. Foi por esse motivo que este texto se apresentou como uma proposta "para uma crítica", deixando em aberto questões que dão continuidade ao estudo do "idealismo político no design", sendo os dois caminhos mais próximos desse futuro: a genealogia das relações entre o idealismo político e o design e a análise das práticas de design, buscando compreender como o idealismo e as perspectivas críticas a ele se traduzem em dimensões projetuais.

Ao final, cabe dizer mais algumas palavras sobre o futuro. Em meio às possibilidades mais ou menos abertas por um tempo que avança em sua inexorável trajetória, é possível tentar fazer do

futuro o lar de um ser para *além-do-homem*, mas não um que é “mais pobre, simples e tenro” (Fry, 2011), e sim um ser cuja potência criativa se assemelha a de uma criança que move o mundo inanimado ao seu redor e que tem uma longa vida pela frente. Se o termo *soberania* cabe de alguma forma a esse projeto, é somente na medida em que ele pode designar essa potência que não serve a fim algum, mas que confere sentido à existência (Bataille, 2024). Enfim, se o design encontra seu lugar nesse futuro, é precisamente por expressar essa potência do pensar e do fazer que torna o ser humano aquilo que ele é e o que pode *vir a ser*.

Referências

- BATAILLE, Georges. O soberano. In: **A pura felicidade: ensaios sobre o impossível**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. p. 143–156.
- CONTINO, Joana Martins. Crítica à ênfase da “imaterialidade” no campo do Design: uma perspectiva marxista. **Estudos em Design**, [s. l.], vol. 30, nº 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35522/eed.v30i2.1453>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Boitempo, 2024.
- ÉSQUILO. **Prometeu prisioneiro**. São Paulo: Editora 34, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- FRY, Tony. **Design as politics**. Oxford: Berg, 2011.
- FRY, Tony. **Design futuring: sustainability, ethics, and new practice**. Oxford: Berg, 2009.
- FRY, Tony; NOCEK, Adam (Org.). **Design in crisis: new worlds, philosophies and practices**. New York: Routledge, 2021.
- HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.
- LATOUR, B. Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). **Agitprop: revista brasileira de design**, [s. l.], vol. 6, nº 58, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: **Antropologia estrutural dois**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 337–376.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 - o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica mais recente da filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCHMITT, Carl. Interrogation of Carl Schmitt by Robert Kempner (I). **Telos**, [s. l.], vol. 1987, nº 72, p. 97–129, 1987.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político/Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- SCHMITT, Carl. Schlußwort. In: **Das Judentum in der Rechtswissenschaft**. Berlin: Deutscher Rechts-Verlag, 1936. Disponível em: https://archive.org/details/dasjudentuminderrechtswissenschaft1.diedeutscherechtswissensch_aftimkampfgenden_202003. Acesso em: 6 jan. 2026.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SPRIGGE, T.L.S. Idealism. In: **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. London: Routledge, 2016. DOI: 10.4324/9780415249126-N027-1. Acesso em: 6 jan. 2026.

STRAUSS, Leo. Notes on Carl Schmitt, The concept of the political. In: SCHMITT, Carl. **The concept of the political**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Sobre o autor

108

Yuri Rezende Taraciuk

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bacharel em Moda pela Unisinos. Pesquisa as relações entre design, moda, arte e cultura, com ênfase nas articulações entre política, filosofia e análise de discurso. <https://orcid.org/0009-0000-5759-6878>.